

## “— A CALÇA DO PROFESSOR É DE MULHER!”: O PIBID E O(A) PROFESSOR(A) LGBTTQIA+ NA TERRA DO CABRA MACHO

Geovano Morgado da Silva<sup>1</sup>  
Pascoal Eron Santos de Souza<sup>2</sup>  
Rita de Cássia Oliveira Carneiro<sup>3</sup>  
Viviane Brás dos Santos<sup>4</sup>

**Resumo:** Este artigo é um relato de experiências e reflexões, e tem por objetivo refletir gênero e sexualidade a partir das experiências vividas no PIBID enquanto professor(a) em formação e LGBTTQIA+ no nordeste brasileiro. Ele versa a respeito vivências que o(a) autor(a) teve no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência, PIBID, em uma escola de Anos Iniciais do Ensino Fundamental no nordeste brasileiro. Por ser LGBTTQIA+ e estar em ambiente que considera produtor/reprodutor/mantenedor da LGBTTQIA+fobia na sociedade, o(a) autor(a) vivenciou diversas situações de violência a seu corpo que foram registradas em diário de bordo. Os dados analisados neste texto partem destas narrativas. Os(as) principais autores(as) utilizados na discussão são: Albuquerque Júnior (2012), André (2001), Freire (2011, 1979), Louro (2000a, 200b) e Winter e Furtado (2017). Ao final do artigo o(a) autor(a) faz as seguintes considerações: a educação tem sido um instrumento de manutenção da LGBTTQIA+fobia na sociedade; gênero e sexualidade são problemas de cunho pedagógico; a escola não pode se isentar destas questões.

**Palavras-chave:** LGBTTQIA+. Gênero e Sexualidades. PIBID. Professor(a)-Pesquisador(a). Nordeste Brasileiro.

### INTRODUÇÃO

Este artigo nasce de uma pesquisa-ação realizada ao passo em que me envolvia em atividades na escola que atuo por intermediação do PIBID, Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência, ano de 2019. Partindo da realidade local, procurava teorizar a prática em uma tentativa de buscar soluções aos desafios que me eram postos

---

<sup>1</sup> Bicha e Estudante do curso de Pedagogia do Departamento de Educação do *Campus VII* da Universidade do Estado da Bahia. E-mail: [geovano.morgado@gmail.com](mailto:geovano.morgado@gmail.com).

<sup>2</sup> Doutorando em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental pelo PPGEcoH/UNEB. Mestre em Educação e Diversidade pelo MPED/UNEB. Professor do DEDC-7/ UNEB. E-mail: [pascoalsan@gmail.com](mailto:pascoalsan@gmail.com).

<sup>3</sup> Professora Doutora Assistente, de dedicação exclusiva, do Departamento de Educação da Universidade Estadual de Feira de Santana. E-mail: [rcocarneiro@uefs.br](mailto:rcocarneiro@uefs.br)

<sup>4</sup> Professora Mestre do Departamento de Educação da Universidade do Estado da Bahia – *Campus VII*. E-mail: [rcocarneiro@uefs.br](mailto:rcocarneiro@uefs.br).

enquanto professor(a)<sup>5</sup> em formação e LGBTTTQIA+<sup>6</sup>. Os achados foram escritos em um diário de bordo que acompanha minhas visitas à escola, e sob eles me debruço para a escrita deste texto.

A urgência de ações que visassem combater a LGBTTTQIA+fobia na escola, sentida pelas vivências expostas por este texto, me levou a propor pequenas ações, e, a escrever/apresentar ao corpo docente da escola um projeto que chamei: “É de menino ou de menina?”. Neste artigo, porém, não discuto os resultados da realização do projeto, mas os porquês que me levaram a refletir sobre a importância dele, planejá-lo e implementá-lo.

Este artigo, portanto, tem o objetivo de refletir gênero e sexualidade a partir das experiências vividas no PIBID enquanto professor(a) em formação e LGBTTTQIA+ no Nordeste brasileiro. Após exposição das experiências de LGBTTTQIA+fobia que vivi dentro da escola, considero, ao final do texto, que a educação tem se comportado à maneira de manter a norma cisgênera e heterossexual na sociedade, e que a violência sentida dentro e fora de seu espaço é reflexo deste processo. Uma boa maneira de iniciar a desconstrução destes quadros de violência é trazendo estes debates para dentro da escola.

## **METODOLOGIA**

Este texto é resultante de minhas reflexões e anotações no PIBID. O lócus foi uma escola de Anos Iniciais do Ensino Fundamental, do município de Senhor do Bonfim - BA, nordeste brasileiro. O contato com esta escola se deu por intermediação do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência, junto ao Departamento de Educação - DEDC - *Campus VII* - Senhor do Bonfim – BA, sob a orientação do

---

<sup>5</sup> Presentemente, abril de 2021, me reconheço questionando gênero, em um lugar muito próximo ao do que chama de não-binaridade. Por este motivo, toda a vez que a escrita se referir a minha pessoa, não haverá delimitação de gênero entre masculino ou feminino. Infelizmente, a língua portuguesa não possui variante não binária para muitos substantivos, como é o caso de “professor”. Para contemplar uma escrita mais inclusiva, e não cometer erro gramatical escrevendo “professore”, o(a) autor(a) preferiu provocar confusão ao (cis)tema contemplando os dois gêneros na maioria dos substantivos que aparecem no texto, ex: professor(a). Alguns substantivos também aparecerão com escrita incomum, ex: corpo = corpa, a fim de problematizar as generalizações que respaldam a hegemonia masculina.

<sup>6</sup> Sigla utilizada para se referir a comunidade que foge, em gênero/sexualidade, ao padrão cis gênero e heterossexual.

Professor e Doutorando Pascoal Eron Santos de Souza e da Professora Doutora Rita de Cássia Oliveira Carneiro. Os dados, qualitativamente analisados nesta escrita, são resultantes de minhas reflexões e anotações coletadas por meio relatos de experiência em diário de bordo.

## **O PIBID E A IMPORTÂNCIA DO TRABALHO DO(A) PROFESSOR(A)-PESQUISADOR(A)**

Enquanto professor(a) LGBTTQIA+ em formação e participado de um programa de iniciação à docência, reconheço ter aprendido/estar aprendendo bastante, também, com as experiências que advieram/advém das atividades que desempenho para além do currículo do curso de Pedagogia do *Campus VII* da UNEB. Paralelamente ao conteúdo do currículo, os aprendizados que adquiro fora dele contribuem significativamente à minha formação. E atribuo grande parte deles às atividades que desenvolvi por meio do PIBID.

O programa é uma ação financiada pela CAPES, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, e que tem por objetivo dar subsídios ao aumento da qualidade dos cursos de licenciatura, dentre outros modos, antecipando o contato dos(as) professores(as) em formação com o exercício da profissão (BRASIL, 2019). Isto é, os(as) estudantes cadastrados(as) no programa têm a oportunidade, logo no início da graduação, de conhecer aspectos ligados a cultura escolar, desenvolvendo ações na escola e convivendo com os(as) atores/atrizes que nela estão.

Com o PIBID, tive a oportunidade de planejar, escrever e aplicar projetos temáticos, oficinas e mais atividades ligadas à prática docente, e, em estudo às ideias de Freire (2011), procuro sempre autocriticar minha prática, que não é puramente prática, mas que é práxis, um processo indissociável de dialogia entre teoria apreendida e prática aplicada, engajado em um modelo de educação comprometido com a luta pela libertação da humanidade.

Foi nesta perspectiva que desde minha entrada no programa, detive-me a observar curiosamente, e parti a refletir sobre a prática para compreender melhor os

fenômenos que se apresentavam na rotina. Corroboro com as contribuições de Winter e Furtado (2018) quando estes(as) dizem:

O professor não é só consumidor de saberes, mas também produtor. Reconhecer esse papel de produtor de saberes é perceber o docente como alguém que sabe teorizar a experiência e a prática e sustentar a importância da pesquisa na profissão docente (p.143).

Defendem, como também André (2001), que o ponto de partida para a teorização da prática deve ser a realidade local, o que leva a compreensão de que ser professor(a) e LGBTTQIA+ no nordeste brasileiro é singular e implica diferentes aspectos que nas demais regiões do Brasil. O ato de teorizar a experiência, na medida em que sugere um olhar mais crítico/reflexivo para a prática, por parte do(a) professor(a)-pesquisador(a) tende a trazer melhorias para o processo educacional.

### **“MUIÉ MACHO SIM SINHÔ”: GÊNERO E SEXUALIDADES NO SERTÃO**

O Brasil é o país que mais mata pessoas LGBTTQIA+ no mundo. Prova disto é a violência que acomete esta comunidade que luta diariamente pelo direito de viver, e que tem um(a) corpo/corpa silenciado(a) a cada 20 horas (GGB, 2019). Os e as que sobrevivem precisam ainda lutar pelo direito de viver com dignidade. Sobem degraus altíssimos para conquistar o que é humanamente básico. Sair da escola diplomado(a), adentrar à Universidade, conseguir assinar a carteira de trabalho, se torna cada vez mais difícil quanto mais o(a) sujeito/sujeita se afasta dos estereótipos da cisgeneridade e heterossexualidade.

O Nordeste brasileiro é marcado pela representação “do cabra macho”, e ainda, quando se quer dizer que alguma mulher é “arretada”, se diz que esta mulher é uma “mulher macho”. Estas expressões, culturalmente veiculadas, exemplificam bem o fato de que a misoginia e o machismo são preconceitos ainda muito fortes, também, nesta região do país. Em se tratando da música, e exemplificando o dito acima, é muito popular a composição de Humberto Teixeira (1954), que diz: “Paraíba masculina, muié macho sim sinhô”.

A fim de compreender melhor esta construção que vincula força/resistência/bravura à masculinidade, muito comum no nordeste brasileiro, é necessário analisar o que aponta Albuquerque Júnior (2012). Segundo este trabalho, foi

em meados dos anos 1920 que as representações do(a) nordestino(a) como sendo um(a) “cabra macho” emergem no cenário nacional. Isto é parte de um processo de construção estereotipada e preconceituosa da imagem do(a) nordestino(a), por meio da produção cultural e artística do país, como sendo o(a) romeiro(a), flagelado(a) e retirante, e que, portanto, precisa ser forte, “macho”. Estas representações excluem espaço para a feminilidade na imagem do(a) nordestino(a). Até mesmo a mulher é masculinizada para se enquadrar neste ideal de força e bravura.

Diante deste processo analisado, afirmo que nascer e sobreviver LGBTTTQIA+, no nordeste brasileiro, é ter de escolher entre esconder-se de representações que denunciam sua condição de LGBTTTQIA+, ou, vivê-las livremente e sofrer as consequências disto. Desde o nascimento somos ensinados e ensinadas à “caça” para o consequente recalque da expressão da diversidade sexual e de gênero em si e nos(a) outros(a). Estes ensinamentos são adotados como verdades inquestionáveis que fluem nos mais diferentes lugares e contextos. Em casa, na escola, nas Universidades, no trabalho, todos(as) os seguem. A respeito das instituições de ensino, Louro (2000b) diz que entendem bastante de exclusão, segregação e opressão às pessoas diversas ao padrão cis-heteronormativo.

A escola, por sua vez, assiste passivamente a reprodução da LGBTTTQIA+fobia em seu espaço. Desenvolvendo as atividades com o PIBID, foram diversas às vezes em que me senti ferido(a) pelas falas, olhares e condutas. A escola não tem contribuído para o combate à homotransfobia. Contrariamente, tem contribuído para a manutenção da LGBTTTQIA+fobia na sociedade.

### **“A CALÇA DO PROFESSOR É DE MULHER!”: NOTARAM MINHA DIFERENÇA, E AGORA?**

Enquanto professor(a) em formação, adentrei pela primeira vez a escola bem mais consciente politicamente da importância que tem a presença LGBTTTQIA+ nos espaços onde se faz educação. A cultura escolar, fortemente marcada pela homogeneização, sustenta também papéis de gênero delimitados pela cultura de massa. Por este motivo acredito ser importante a afirmação da diferença de gênero na escola,

pois acredito que a escola deva ensinar o respeito à diversidade, formando para a cidadania. Hoje entendo a importância de meu corpo diferente transitando por ele.

A escola do séc. XXI deveria ser o espaço onde coexistem diferentes modos de ser, como ocorre sociedade afora, de maneira tal que este contato intercultural levasse a um futuro exercício autônomo e consciente da cidadania. O processo de escolarização deveria contribuir para que os(as) estudantes saíssem conscientes da complexidade que é ser pessoa, contudo, lamentavelmente cada vez mais ela tende a condicionar os corpos à seguirem o que é socialmente eleito como valorizável, não percebendo quem ou que grupo, delimita as regras que segue, nem que a expressiva violência sentida na sociedade é um dos produtos deste movimento. A escola cada vez mais se fecha à diversidade e com isto gera segregação, exclusão e violência.

Partindo do Nordeste brasileiro, região onde se produz e sustenta os estereótipos que exaltam a masculinidade dos(as) sujeitos/sujeitas, como discutido acima, afirmo que ao me envolver enquanto professor(a) em formação nas Anos Iniciais do Ensino Fundamental, vivi e vivo “pagando o preço” por ser diferente do que se espera de “um professor e homem”. Encontrei neste espaço situações em que tive evidenciadas as minhas transgressões ao modelo “cabra-macho”. A estranheza que meu corpo apresentou ao meio escolar causou atrito, e me utilizei dele para pesquisar enquanto transitava pelos espaços da escola.

O fato é que por diversas vezes constrangeram-me os(as) estudantes, e, que após refletir sobre isso, percebo que o fizeram e fazem por estarem inseridos(as) e serem vítimas diretas do mesmo projeto de imposição da cis-heteridade pelo qual passei e passo. Estive anos atrás, e eles(as) agora estão, prova de que pouco ou nada mudou, a todo momento se auto policiando e vigiando os(as) colegas e professores(as). Isto, pois o ideal de “cabra-macho” está a todo momento regulando as relações, pondo vergonha àqueles(as) que dele fogem.

Na hora da recreação, as crianças que a sociedade espera que sejam homens e heterossexuais têm, como há anos tive, de envolver-se em brincadeiras que ressaltam as atribuições másculas que devem existir nelas. Se machucam nos recreios e se afastam a todo o momento das crianças que a sociedade espera que sejam mulheres heterossexuais ao crescer. Aprendem que, para serem considerados “cabra-macho”, devem

constantemente afirmar sua liberdade, força, autonomia, prepotência, e outras tantas características que foram historicamente eleitas como atributos masculinos, e, portanto, social/culturalmente delimitadas para o ser que nasce com o sexo masculino (LOURO, 2000b).

As situações referidas exemplificam uma das maneiras pelas quais somos, na escola, coagidos a comportar-nos cis-heteronormativamente e a recusar/combater a quem se recusa a comportar-se de modo diferente a este. Caçam-se os “menos machos” a todo momento, por meio de diversas atitudes e falas, que se tornam instrumentos reguladores/repressores da diversidade sexual e de gênero (LOURO, 2000a). Vivemos a lançar mão destes instrumentos de maneira tão natural que por vezes nem sequer nos damos conta de que o estamos fazendo. Os reproduzimos mesmo sabendo da dor que causam, por vezes até nos alegrando ao perceber estar causando, pois, assim agindo, estaremos seguindo em conformidade aquilo que nos ensinaram.

Durante este meu contato com a escola, fui vítima de falas que se corporificavam enquanto instrumentos de regulação/repreensão da diversidade (estranheza) que habita meu/minha corpo/corpa. Uma delas, a que mais tive contato durante este tempo na escola, foi o: “— *Hmmmmmm*”. Os(as) estudantes o reproduziam para evidenciar uma fala minha, um comportamento, a fim de que eu espiasse que aquela conduta não cabia ao ambiente.

Exemplos bem claros podem ser citados. Fosse eu à escola com as unhas pintadas ou com uma camisa mais colorida do que as que eu “deveria” usar, ali haveria espaço para suplício. Este som, “— *Hmmmmmm*”, junto a comunicar-se comigo fazendo gestos estereotipados e forçando uma voz sugestivamente feminina, são não somente modos de regular um(a) professor(a), por meio da vergonha, a estranheza que seu corpo carrega, como também é uma das maneiras pelas quais encontram um meio de reforçar a sua própria masculinidade, de provar o quão “cabra-macho” são.

Em um outro momento, uma das crianças, esta não tinha mais que 13 anos, chegou a mim perguntando: “— Professor, por que o senhor pinta as unhas?”. Eu, num esforço de provocar debate, como procuro sempre fazer, vi na situação uma oportunidade de dizer que o mundo é composto por pessoas diversas e que devemos procurar sempre respeitar o modo como elas são. Tamanha foi a minha surpresa quando,

diversamente ao que eu estava atentando, este(a) menino(a) interpelou minha fala dizendo: “— Eu que não pinto as minhas unhas! Não sou viado! ”.

A maneira como ele(a) fez esta negação, até mesmo a escolha de adjetivo que ele(a) faz, de maneira alguma diz respeito a um juízo construído sem interferência externa. É de influências, dentre elas as que ele(a) tem contato na família, na comunidade e na escola, que o comportamento LGBTTQIA+fóbico se constrói.

Inúmeras são as situações que posso expor, da maneira como este caráter regulador está presente na escola, de modo que este texto não daria conta de analisar todas as falas. Mas duas precisam ser explicitadas, por contribuírem fortemente ao alcance do que se objetiva aqui. A primeira fala foi quando um(a) deles(as) me disse: “— Aiai, este professor é engraçado!”. E a segunda fala a ser analisada refere-se a outro(a) aluno(a), quando para provocar riso em todos(as) afirmou que o *jeans* que eu estava usando era de mulher.

Adjetivar-me em engraçado(a) é uma atitude que se dá por influência de uma cultura de ridicularização do diferente ao qual estamos todos(as) inseridos(as), como também, afirmo ser a ridicularização um dos mecanismos da LGBTTQIA+fobia. O que me fez engraçado(a) a este(a) menino(a)?, Tendo em vista que não me lembro de lhe ter contado piadas, tampouco o(a) vi rindo de algo que tenha dito? Tornar alguém “engraçado(a)” é um dos modos de regular nele(a) as características que lhe fogem à cis-heteronormatividade.

O fato de meu corpo transitar pela escola de maneira diversa ao que este(a) menino(a) aprendeu ser correto para alguém de meu sexo, o(a) fez ter-me concebido estranho(a) e engraçado(a). Muito possivelmente, se em meu lugar, que já tenho construída uma razão política de utilizar-me de meu/minha corpo/corpa para transgredir estas normas, tivesse sido repreendido por ele(a) um de seus/suas colegas, o intuito de ferir e de regular o comportamento tivesse tido mais sucesso.

Em outro momento, um(a) deles(as) disse alto o suficiente para que todos(as) que estivessem presentes pudessem ouvir, e conjuntamente receber a “lição de performatividade de gênero correta ao sexo”, a seguinte fala: “— A calça do professor é de mulher!”. Acredito necessário apontar, mesmo que eu não veja coerência nestas classificações, que a calça *jeans* que eu usava neste dia foi classificada pela marca que a



produziu como “masculina”. Curioso é um fato de ela tornar-se igualmente estranha a partir do momento em que esteve associada à minha imagem.

O fator que o(a) fez acreditar que o *jeans* que eu estava usando era feminino permanece por mim desconhecido, porém, a razão pela qual o(a) estudante disse isto em voz alta, provocando o riso nos colegas que estavam presentes, foi para causar em mim constrangimento e me fazer repensar a presença de meu corpo naquele espaço.

### **A ESCOLA, DEIXANDO DE FALAR SOBRE A DIVERSIDADE, FARÁ COM QUE ESTÁ DEIXE DE EXISTIR?**

Quando entrei na escola pela primeira vez como professor(a) sabia que este espaço não me receberia sem que houvesse atrito. Freire (1979) diz que uma sociedade fechada, que aqui podemos associar à escola, que continuamente manifesta um comportamento de afirmação da heterossexualidade e da cisgeneridade como únicas manifestações válidas de viver a sexualidade e gênero, tende a se despedaçar, mas não se abrir. Freire aponta que nesta situação de conflito entre ideias progressistas e reacionárias, normativas e de liberdade, não se pode portar-se de maneira neutra. Todo processo educativo é político, assim como todo ato político é educativo. Ambos respondem a um “*a favor de quem e do quê, portanto contra quem e contra o quê*” (FREIRE, 2011, p.35) (grifos do autor).

Se a estrutura que compõe a sociedade, e os instrumentos de manipulação desta estrutura, a exemplo da escola, não fossem passíveis de ser mutáveis, segundo Freire (1979), eles não seriam históricos, nem humanos. Desta forma, acredito que a escola pode sim produzir soluções para estes problemas que aparecem em seu espaço, desde que resolva tomar consciência da existência deles.

Acredito também que se a escola não acompanha as transformações da sociedade e dos(as) que a compõem, acaba deixando de preparar os(as) estudantes para um exercício crítico e consciente de sua cidadania. Ela está fazendo um desserviço para estes(as) e para o coletivo, uma vez que contribui para a perpetuação da violência de gênero.

Além da simples presença de meu corpo LGBTTQIA+ no espaço escolar, que por si é um convite ao diálogo com o diferente, tive a oportunidade de estabelecer um diálogo com uma parte dos(as) estudantes por meio de um projeto de intervenção desenvolvido como atividade do PIBID. A iniciativa se deu após tomada de consciência frente aos problemas que relato neste artigo. O projeto se chamou “É de menino ou de menina?” e teve por objetivo principal: promover ambiente para debater à respeito das construções sociais de gênero. Pretendo realizar um outro estudo, desta vez debruçando-me sobre o material que produzimos no decorrer das ações e sobre os registros que fiz em diário de bordo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao jeito de pôr um desfecho a este ensaio, mas também de reconhecer que este texto tão somente não esgota um universo de compreensões que permeiam o conhecimento a respeito da cultura LGBTTQIA+, e cultura LGBTTQIA+ que é produzida no nordeste brasileiro, nem da presença dela na educação, considero, primariamente, que a educação tem sido um instrumento de manutenção da LGBTTQIA+fobia na sociedade.

A partir das experiências que tive com o PIBID assentado no sertão da Bahia, percebo um movimento de regulação do modo de ser dentro do ambiente educacional que tende a seguir e ensinar a seguir um padrão cis-heteronormativo. Nesta região, onde o ideal de “cabra-macho” é sinônimo de comportamento modelo, estas relações dentro da escola se fazem muito presentes.

Ainda considero que gênero e sexualidade são temáticas que devem estar presentes na escola, e que, portanto, a violência contra as pessoas LGBTTQIA+, tanto dentro como fora do ambiente escolar, é um problema pedagógico. A LDB 9.394 de 1996 no § 9º do Art. 26. diz que os “conteúdos relativos aos direitos humanos e à prevenção de todas as formas de violência contra a criança e o adolescente serão incluídos, como temas transversais, nos currículos escolares [...]” (BRASIL, 1996, s/p). Omitir a existência da diversidade sexual e de gênero, não fará com que esta

diversidade, e a violência que a atinge, deixem de existir. Pelo contrário, acredito que uma das maiores causas da LGBTTTQIA+fobia é a desinformação.

Enfim, mais uma vez reconhecendo a incompletude destas reflexões e a parcialidade de minhas considerações, desejo que este ensaio gere representatividade em quem o leia, e que este(a) se sinta encorajado(a) a também produzir suas compreensões sobre as representações LGBTTTQIA+ na educação do nordeste brasileiro, tensionando a escola e as(os) professora(o)s para o diálogo sobre estas questões, bem como em outros contextos.

## REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. O preconceito contra o nordestino. In: ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **Preconceito contra a origem geográfica e de lugar: as fronteiras da discórdia**. 3. ed. São Paulo: Edições MMM, 2012.
- ANDRÉ, Marli. Pesquisa, formação e prática docente. In: ANDRÉ, Marli (org.). **O papel da pesquisa na formação e prática dos professores**. Campinas: Papirus, 2001.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm). Acesso em: 14/04/2021.
- \_\_\_\_\_. **Pibid - Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência**. Brasília, DF: FUNDAÇÃO CAPES, 2019. Disponível em: < <https://www.capes.gov.br/educacao-basica/capespibid/pibid> >. Acesso em: 22/08/2019.
- FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. 51. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- \_\_\_\_\_. **Educação e mudança**. 12. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- Grupo Gay da Bahia - GGB. **MORTES VIOLENTAS DE LGBT+ NO BRASIL RELATÓRIO 2018**. 2019. Disponível em: < <https://homofobiamata.files.wordpress.com/2019/01/relatorio-2018-1.pdf> >. Acesso em: 12/08/2019.
- LOURO, Guacira Lopes. Corpo, escola e identidade. **Educação e Realidade**, v.25, n. 2, p. 59-76, jul.-dez., 2000a. Disponível em: < <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/46833/29119> >. Acesso em: 12/08/2019.
- \_\_\_\_\_. Pedagogias da sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes (org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000b.
- TEIXEIRA, Humberto; GONZAGA, Luiz. **Paraíba**. Nova Iorque - EUA: RCA RECORDS, 1954.
- WINTER, Edna Magali. FURTADO, Waléria. Formação de professores e saberes necessários. In: WINTER, Edna Magali. FURTADO, Waléria. **Didática e caminhos da docência**. Curitiba: Intersaberes, 2017.

